

**GABINETE DA CORREGEDORIA  
SETOR DE CORREIÇÃO/2014**

2ª VARA FEDERAL DE PETRÓPOLIS  
JUÍZA FEDERAL TITULAR Dra. SIMONE DE FÁTIMA DINIZ BRETAS

Partindo de levantamentos realizados no questionário da Autoinspeção, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 03 até 07/02/2014, a correição ordinária presencial da 2ª Vara Federal de Petrópolis, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

**RECOMENDAÇÕES**

- 1) Buscar dar cumprimento à Meta 2, critérios 2009, 2010 e 2014, com 05, 29 e 53 processos, respectivamente;
- 2) Buscar o cumprimento da Meta 4/2014 do CNJ: identificar e julgar ações de crimes contra a administração pública e de improbidade administrativa pública, 100% das distribuídas até 31/12/2011 e 50% das distribuídas em 2012;
- 3) Priorizar o andamento dos processos conclusos para despacho há mais de 30 dias (53) e para decisão há mais de 60 dias (02);
- 4) Retomar o andamento dos processos parados, sendo 14 há mais de 30 dias, 02 há mais de 60 dias e 25 há mais de 121 dias;
- 5) Manter a boa prática de acompanhar e solicitar a devolução dos processos com prazo de carga expirado, conforme relatado no relatório de inspeção;
- 6) Informar no sistema Apolo a data da prescrição em abstrato;
- 7) Revisão dos processos suspensos apontados no Relatório da Correição, no item Suspensão de Processos.

Considerando as RECOMENDAÇÕES, encaminhar à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, Relatório das providências implementadas.

## ATUAÇÃO DOS JUÍZES

### Divisão dos processos finais pares e ímpares

◦ Conforme informado no questionário de autoinspeção:

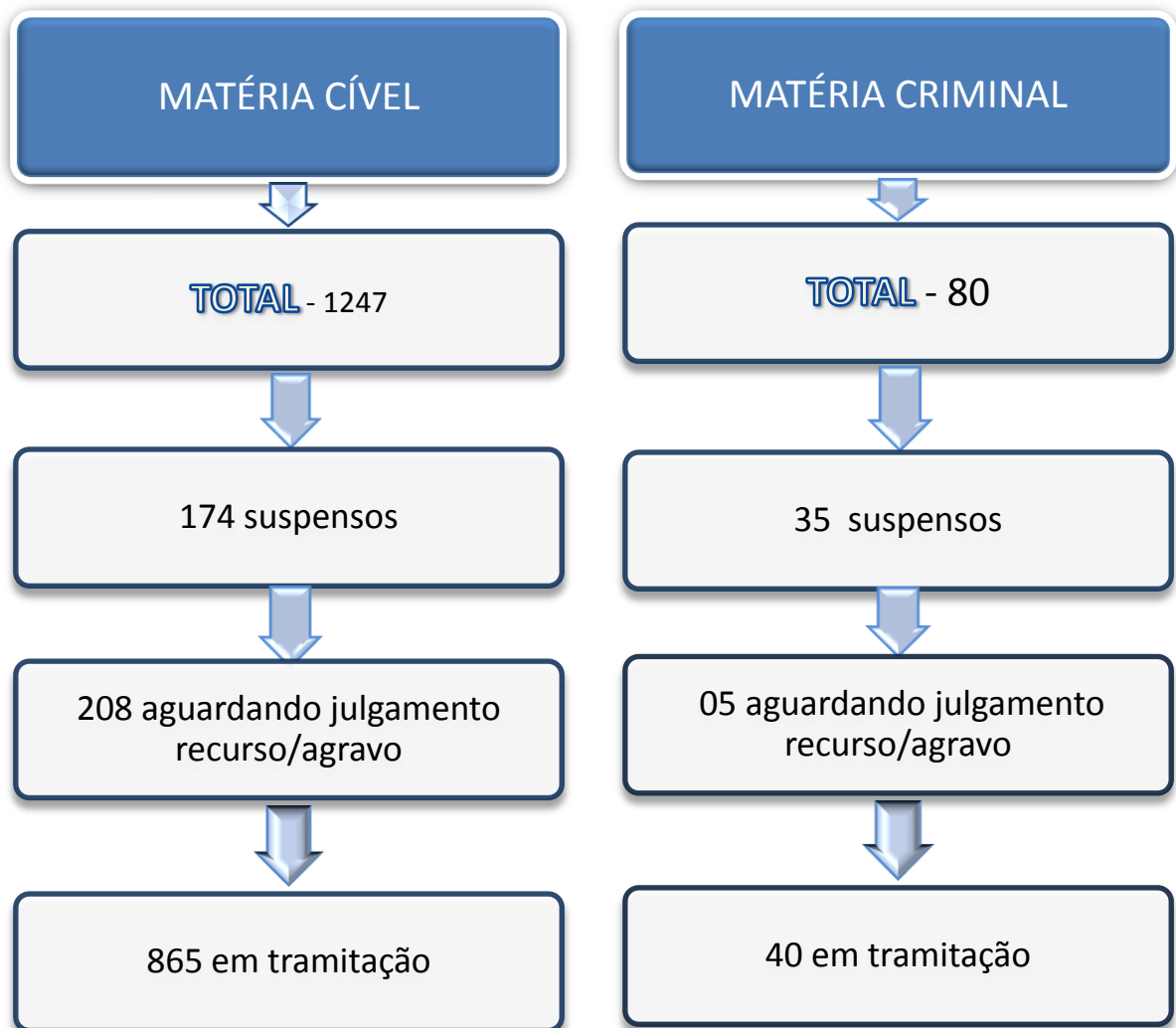
- A vara não conta, atualmente, com Juiz Substituto. Quando havia juiz substituto lotado na 2ª Vara, a divisão era feita com observância das normas da Corregedoria, considerando a divisão de processos e equipe de apoio com dois assessores além da atuação apenas em processos de final impar.

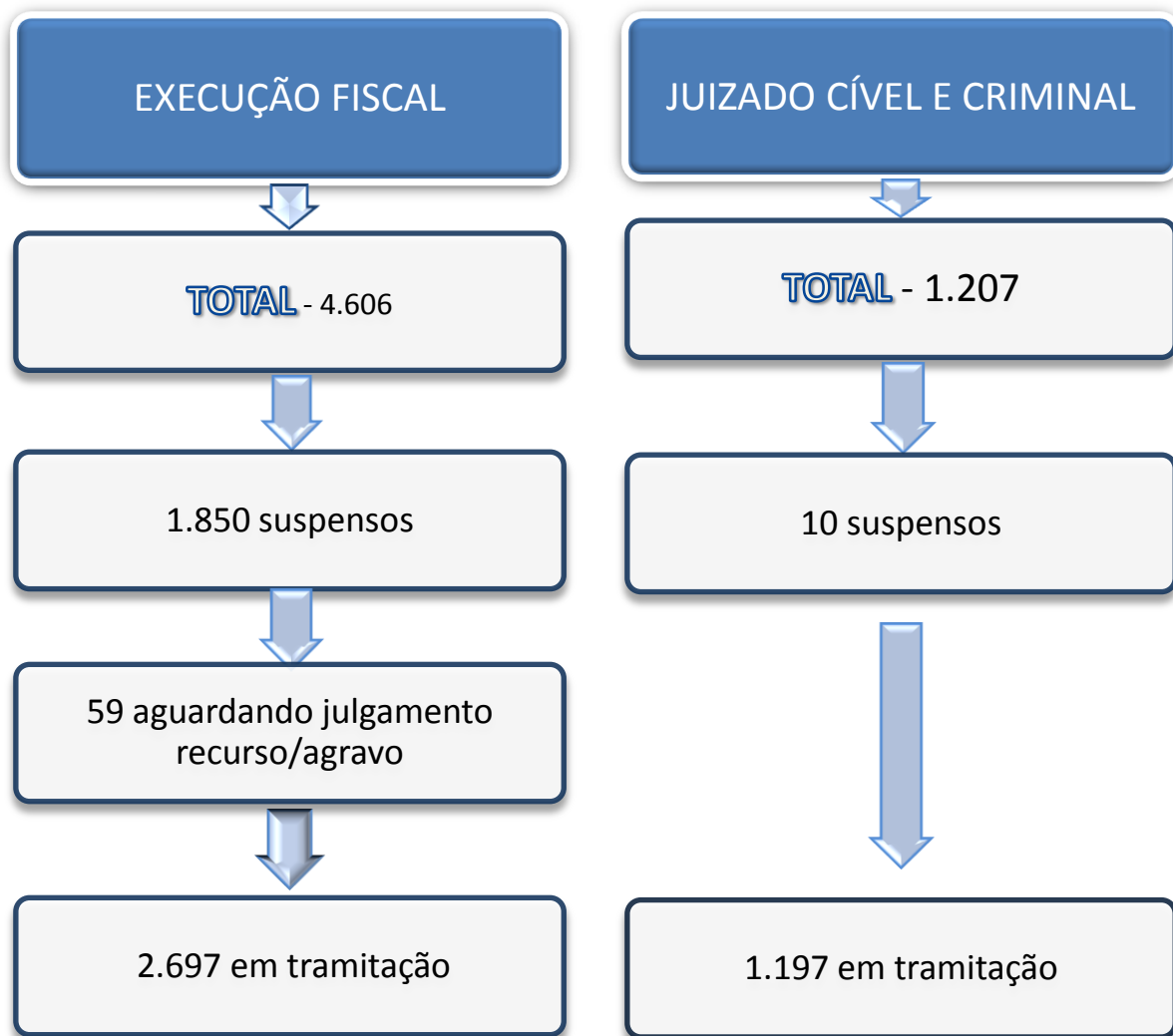
### ORGANIZAÇÃO - 21 SERVIDORES

08 analistas judiciários	05 técnicos judiciários	01 requisitado à Guarda Municipal de Petrópolis	07 estagiários
--------------------------	-------------------------	---	----------------

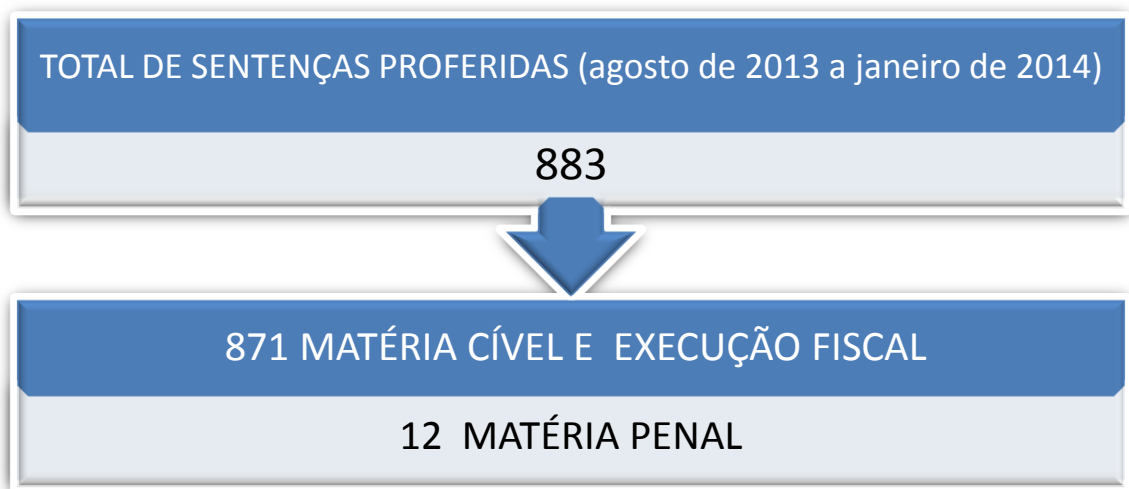
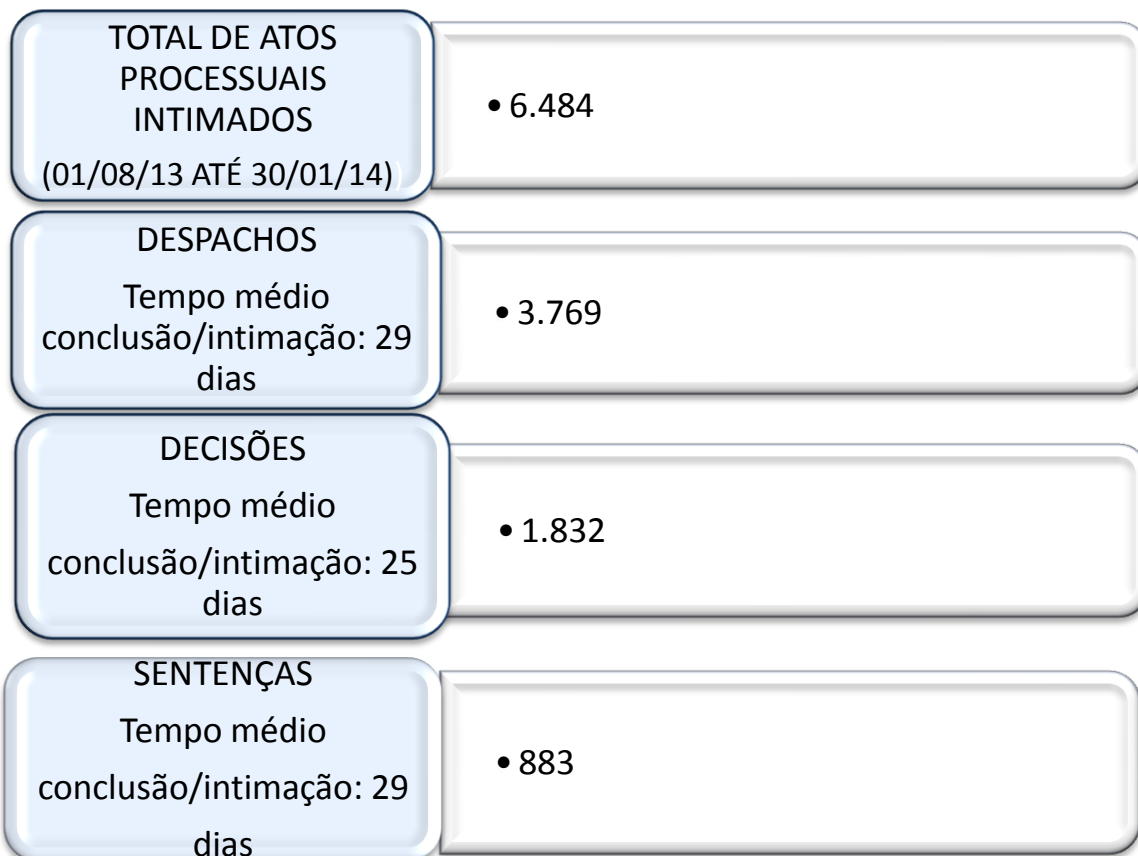
**ACERVO TOTAL (CÍVEL, EXECUÇÃO FISCAL, CRIMINAL E JUIZADO)**

**4.799 processos em tramitação**





Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal , constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de janeiro de 2014.



LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Terezinha de J. P. de Faria e Viviane M. Nielsen

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados.

# METAS DO CNJ

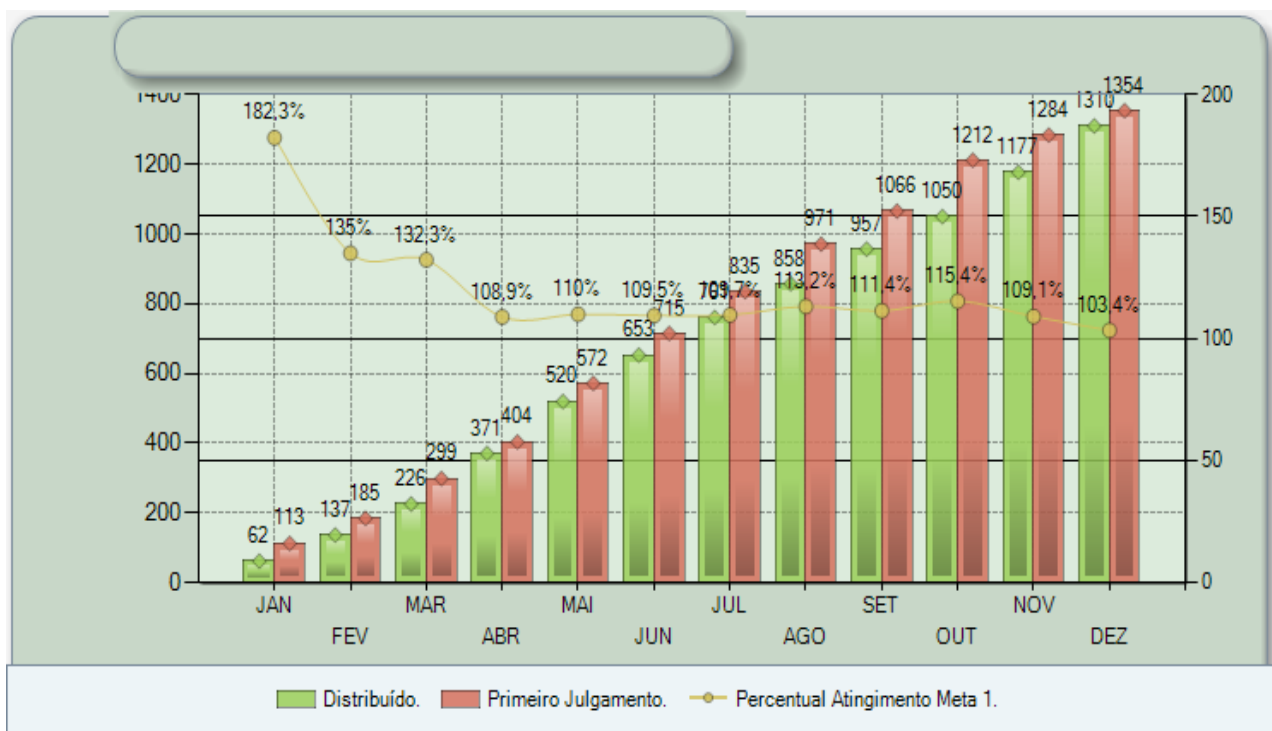
Metas Nacionais para 2014 aprovadas no VII Encontro Nacional do Judiciário

## I - META 1/2014

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Ano de 2013: Gráfico do Portal de Estatísticas da 2ª Região.

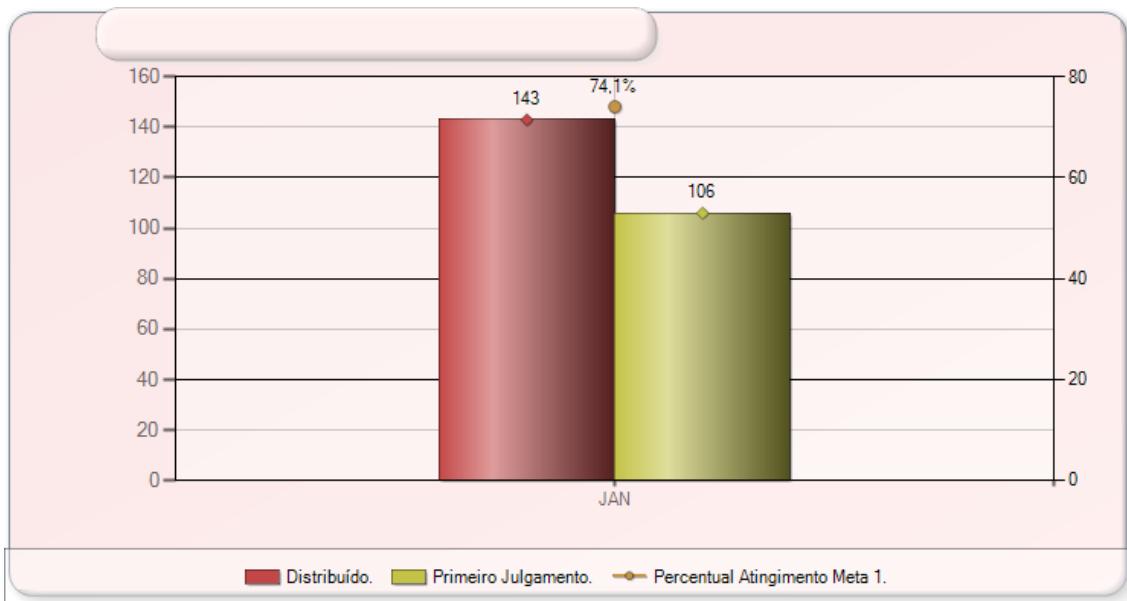
Meta 1 - Acompanhamento Acumulado (2ª VARA FEDERAL DE PETRÓPOLIS)



Verifica-se pelo gráfico extraído de Portal de Estatísticas da 2ª Região que durante o ano de 2013 o Juízo cumpriu a meta, julgamento mais processos que os distribuídos.

## Situação parcial - ano de 2014: Gráfico do Portal de Estatísticas da 2ª Região.

### Meta 1 - Acompanhamento Mensal (2ª VARA FEDERAL DE PETRÓPOLIS)



## II - META 2/2009

**Julgar todos os processo distribuídos até 31/12/2005.**

Constam 5 processos incluídos no critério, a saber:

- Embora os processos a seguir relacionados não estivessem disponíveis para análise, foram consultados no sistema Apolo e o Diretor de Secretaria informou quanto às providências adotadas no sentido de expedição de mandados para que fosse procedida a devolução dos autos

com prazos de remessa vencidos, sendo assim não há que se relatar a respeito de suas tramitações 01203635219004025101, 05542593519994025106, 00009516820044025106 e 00056672920044025110.

- Quanto ao **processo nº 00837909719974025106** – Ação Sumária/Previdenciária. Redistribuição: 18/12/1999. Baixa 26/08/2004. Encontrava-se arquivado, no entanto ao ser desarquivado passou a constar no Portal de Estatísticas novamente na Meta 2. Orientou-se o Diretor quanto ao lançamento da **fase 21** no sistema Apolo, porém o sistema informa que tal fase já foi lançada nestes autos. Assim, sugere-se, s.m.j., que o Exmo. Juiz solicite que a Direção do Foro oficie ao Setor de Informática para que seja providenciada a correção dessa inconsistência do sistema.

### **III - META 2/2010**

**Julgar todos os processo distribuídos até 31/12/2006.**

Constam 29 processos incluídos no critério, a saber:

Foram consultados, por amostragem, os processos abaixo relacionados, não sendo encontradas irregularidades em suas tramitações:

00005818420074025106, 00013085320084025156,  
00001701720094025156, 00029067620074025156,  
00006852320074025156, 00001907620074025156 e  
00004865420074025106.



#### **IV - META 2/2014**

**Julgar 100% dos distribuídos até 2008 e 80% dos distribuídos em 2009 no primeiro grau, 100% dos distribuídos até 2010 e 80% dos distribuídos em 2011 nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais.**

Constam 53 processos incluídos nesta meta:

Foram consultados, por amostragem, os processos abaixo relacionados, não sendo encontradas irregularidades em suas tramitações:

00000124920084025106,	00000341020084025106,
00000679720084025106,	00008257620084025106,
00007876420084025106,	00011643520084025106,
00000860620084025106,	00001467620084025106,
00027858220084025101,	00010368820104025156,
00005206820104025156,	00010966120104025156,
00006392920104025156 e 00012906120104025156.	

Da análise dos processos, por amostragem, verificou-se uma quantidade significativa em fase de conclusão para sentença, o que demonstra um esforço do Juízo correicionado no sentido de redução do acervo dos processos integrantes da Meta 2 do CNJ.

## V - META 4/2014

**Identificar e julgar as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, 100% das distribuídas até 31/12/2011 e 50% das ações distribuídas em 2012.**

### AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

#### AÇÕES CIVIS PÚBLICAS

01 processo

Foi analisado o processo constante do mapa, inexistindo irregularidades em sua tramitação:

00012223320114025106 – Eletrônico. Distribuição: 09/11/2011. Decisão com intimação em 19/11/2013, redesignando a audiência de instrução para o dia 06/02/2014.

#### AÇÕES ORDINÁRIAS

Não há dados a relatar.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Terezinha de J. P. de Faria

## AÇÕES PENAIS RELACIONADAS A CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Foram consultadas as três ações penais deste item, todas com regular controle de prescrição penal, com etiqueta na capa dos autos e certidão dentro dos autos, apresentando a seguinte situação:

- 1) 0001223-18.2011.4.02.5106: Oferecimento/recebimento da denúncia: 08/11/11 e 06/02/11. Tipo: Art. 168-A, § 1º, 337-A c/c 69 e c/c 71 todos do CP. Último movimento: despacho de 31/01/14 determinando suspensão do curso do processo ante a conexão com a ação penal de nº 0001211-67.2012.4.02.5106, publicado em 06/02/14.
- 2) 0001089-25.2010.4.02.5106: Oferecimento/recebimento da denúncia: 28/10/10 e 11/11/10. Tipo: Art. 334, § 1º, “c” e “d” do CP. Data do fato: 11/06/08. Último movimento: despacho de 06/12/13 determinando cumprimento das horas pendentes relativas à suspensão condicional do processo, abrindo ciência ao MPF. Há movimentação cartorária datada de 09/01/14 tipo “Aguardando término do prazo de suspensão”.
- 3) 0000199-52.2011.4.02.5106: Oferecimento/recebimento da denúncia: 14/04/11 e 15/04/11. Tipo: Art. 334, § 1º, “c” e “d” do CP. Data do fato: 16/03/11. Último movimento: despacho de 04/11/13 intimando o réu para comprovar cumprimento das condições de suspensão condicional do processo, com certidão positiva em 06/12/13 e movimentação cartorária de 15/01/14 tipo “Suspensão por Art. 89 da Lei 9.099/95”.

Foi constatada a ausência de etiqueta indicativa de serem os feitos de “Meta 4”, todavia, diante do questionamento da equipe sobre tal exigência, foram afixadas as etiquetas nos processos, ao longo da correição presencial.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Viviane M. Nielsen

## **VI - META 5/2014**

**Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença.**

À vista de que ainda não foi disponibilizado no Portal de Estatísticas da 2ª Região mapas relativos à Meta 5, foram consultados os mapas relativos à Meta 3/2013, quanto ao total de processos em trâmite de execução fiscal e não-fiscal, em janeiro/2013 e janeiro/2014, a saber:

- Janeiro/2013: total de 2.761 processos de execução fiscal e 154 não-fiscal;
- Janeiro/2014: total de 2.738 processos de execução fiscal e 110 não-fiscal.

Verificando-se no período: uma redução de 0,83% em matéria fiscal e de 28,57% em matéria não-fiscal.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 30/01/2014.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Terezinha de J. P. de Faria

## PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA MATÉRIA CÍVEL

### **MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO:**

Não há dados a relatar.

### **AÇÃO POPULAR: 01 processo**

Processo nº 0000144-33.2013.4.02.5106, remetido para redistribuição à 8ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

### **AÇÃO CIVIL PÚBLICA: 23 processos**

Foram consultados os processos abaixo relacionados, não sendo encontradas irregularidades em suas tramitações, destaque-se que alguns processos foram objeto de consulta no sistema Apolo, em razão de não estarem disponíveis para análise, eis que se encontravam com remessa externa:

0000004-96.2013.4.02.5106, 0000511-09.2003.4.02.5106, 0000873-35.2008.4.02.5106, 0001242-34.2005.4.02.5106, 0000073-65.2012.4.02.5106, 0000578-22.2013.4.02.5106, 0000908-87.2011.4.02.5106, 0001527-56.2007.4.02.5106, 0000129-40.2008.4.02.5106, 0000671-19.2012.4.02.5106, 0001002-69.2010.4.02.5106, 0001787-75.2003.4.02.5106, 0000154-58.2005.4.02.5106, 0000803-13.2011.4.02.5106, 0001124-77.2013.4.02.5106, 0552617-27.1999.4.02.5106, 0000155-43.2005.4.02.5106, 0000825-76.2008.4.02.5106, 0001199-68.2003.4.02.5106, 0706274-23.1998.4.02.5106, 0000226-45.2005.4.02.5106, 0000528-06.2007.4.02.5106 e 0000566-86.2005.4.02.5106.

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA PREVIDENCIÁRIA:  
01 processo**

No processo nº 0000062-22.2001.4.02.5106, não foram encontradas irregularidades em sua tramitação.

**AÇÃO DE USUCAPIÃO:  
03 processos**

Foram consultados os processos nºs 0000146-76.2008.4.02.5106, 0000449-22.2010.4.02.5106 e 0000858-95.2010.4.02.5106, não sendo encontradas irregularidades em suas tramitações.

**AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO:  
09 processos**

Foram consultados os processos abaixo relacionados, não sendo encontradas irregularidades em suas tramitações, destaque-se que alguns processos foram objeto de consulta no sistema Apolo, em razão de não estarem disponíveis para análise, eis que se encontravam com remessa externa:

0000475-15.2013.4.02.5106, 0212500-38.1900.4.02.5106, 0000544-47.2013.4.02.5106, 0246595-12.1900.4.02.5101, 0212498-68.1900.4.02.5106, 0212499-53.1900.4.02.5106 e 0120363-52.1900.4.02.5101.

**AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE  
POSSE:  
3 processos**

Foram consultados os processos nºs 0000034-10.2008.4.02.5106, 0000433-39.2008.4.02.5106 e 0000780-67.2011.4.02.5106, não sendo encontradas irregularidades em suas tramitações.

**OUTROS PROCESSOS:  
2 Cartas Precatórias – Classe 8001 e  
3 Cartas Precatórias Exec. Fiscal – Classe 8006**

Classe 8001:

Não foram encontradas irregularidades nas Cartas Precatórias nºs 0000768-82.2013.4.02.5106 e 0000059-13.2014.4.02.5106.

Classe 8006:

Não foram encontradas irregularidades nas Cartas Precatórias nºs 0000630-18.2013.4.02.5106, 0000085-11.2014.4.02.5106 e 0000086-93.2014.4.02.5106.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Terezinha de J. P. de Faria

PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA MATÉRIA  
CRIMINAL

HABEAS CORPUS



Conforme o mapa estatístico emitido no dia 30/01/2014 e no relato prestado pela supervisora do setor criminal do Juízo em questão, não há processo de *habeas corpus* tramitando na vara correicionada.

PROCESSOS COM RÉU PRESO



Com base no mapa estatístico emitido no dia 30/01/2014 e nas informações prestadas pela supervisora do setor criminal do Juízo Correicionado, o único processo com réu preso, de número 0000736-82.2010.4.02.5106 (antigo 2010.51.06.000736-1), encontra-se neste Tribunal Regional Federal desde 28/02/2013.



## PROCESSOS COM EXPEDIÇÃO DE CARTA DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA PENAL



De acordo com o que foi relatado pela supervisora do setor criminal, não há processos com expedição de carta de execução de sentença penal na vara correicionada.

## PROCESSOS COM SENTENÇA CONDENATÓRIA (COM TRÂNSITO)



Com fulcro no que foi informado pela supervisora do setor criminal, só havia um único processo com sentença penal condenatória com trânsito em julgado no juízo correicionado, qual seja:

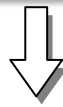
- Ação Penal número 2011.5106.00200-8: distribuída em 17/03/11, com denúncia oferecida em 01/04/2011 e recebida em 04/04/2011 (fl. 129) pelos crimes previstos no artigo 334, § 1º, “c” e “d” do CP. Vale dizer que foi proferida, pelo juízo correicionado, sentença absolutória (tipo D2) em 19/04/2013 (publicação em 26/04/2013) e este TRF reformou a referida deliberação para condenar o réu, por unanimidade, em 13/12/2013 (publicação em 17/12/2013). Há certidão de trânsito em julgado para o réu em 24/01/2014. Último movimento se refere ao despacho assinado em 30/01/2014 pelo juízo correicionado.

## EXPEDIÇÃO E ENCAMINHAMENTO DO BIC:



Nos termos das informações prestadas pela supervisora do setor criminal, não há processos com expedição e encaminhamento de BIC (boletim de informações criminais) no Juízo correicionado.

## CONTROLE DE INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO PENAL:



Além dos processos verificados em outros itens, no qual sempre foi constatado o controle de prescrição penal, foram analisados, especificamente para o item em tela os processos criminais de número 2013.51.06.002111-5, 2010.51.06.000345-8, 2012.51.06.000755-2, 2012.51.06.001051-4. Em todos eles também foi verificado que há controle de prescrição penal, uma vez que os mesmos apresentam etiqueta na capa dos autos e certidão nos autos, na contra-capa. Vale salientar que, quanto à inserção das informações atinentes ao controle prescricional no sistema Apolo, muito embora haja o aviso de que existe nos autos certidão de prescrição (e o número da folha em que está localizada), **não consta qualquer informação quanto à data da prescrição em abstrato, seja pela pena mínima como pela pena máxima.**

## RECOLHIMENTO DE MANDADO DE PRISÃO A CONTAR DA REVOGAÇÃO:



Com base nas informações prestadas pela supervisora do setor criminal do juízo correicionado, não há processos com recolhimento de mandado de prisão.

## CARTA PRECATÓRIA PENAL:



Foram analisadas, por amostragem, as seguintes cartas precatórias penais:

- Cartas precatórias de fiscalização das condições de suspensão (classe 28006):

1) 0000902-46.2012.4.02.5106 (2012.51.06.000902-0): distribuída em 31/08/2012 para fiscalização da suspensão condicional aceita em audiência. Despacho fixando o início da primeira apresentação bimestral da acusada no Juízo, bem como a comprovação do pagamento da pena pecuniária, proferido em 04/09/12. Embora haja prova do comparecimento bimestral em dia, **o último comprovante de pagamento nos autos é de 09/07/2013.**

2) 0002122-45.2013.4.02.5106 (2013.51.06.002122-0): distribuída em 19/07/2013 para citação e a realização da Audiência Especial e a fiscalização das condições propostas para a suspensão do processo. Despacho proferido em 08/09/13 designando audiência para o dia 03/09/2013. Última movimentação: despacho de 05/02/2014 determinando a citação do réu no seu próximo comparecimento no juízo.

- Cartas precatórias (matéria penal) (classe 28001):

3) 0002187-40.2013.4.02.5106 (2013.51.06.002187-5): distribuída em 19/12/2013 para citação e intimação do acusado Alencar Frank da Silva. Despacho assinado eletronicamente em 08/01/2014. Consta informação de fl. 25 de que foram expedidos mandados de citação e intimação em 10/01/2014.

4) 0002172-71.2013.4.02.5106 (2013.51.06.002172-3): distribuída em 26/11/2013 para proceder a oitiva da testemunha arrolada pelo Ministério Público Federal. Despacho assinado em 04/12/2013 designando audiência para inquirição da testemunha em 13/02/14. Testemunha intimada (na segunda tentativa) em 28/01/14.

5) 0002170-04.2013.4.02.5106 (2013.51.06.002170-0): distribuída em 21/11/2013 para oitiva de três testemunhas de acusação. Despacho assinado em 04/12/2013 designando audiência para inquirição das três testemunhas em 13/02/14. À fl. 33, há informação da Sra. Sueli Martins Monteiro de que a testemunha Renato Berger, intimado em 16/12/13, se encontra em estado avançado da doença de Parkinson, com a memória comprometida e com dificuldade de locomoção. Certidão negativa das outras duas testemunhas às fls. 23 e 27. À fl. 41, consta informação de que, ante o endereço apresentado pelo Juízo deprecante, expediu-se novo mandado de intimação para a testemunha Luiz Arthur Palpouca. Foi proferido despacho alterando a classe para 78004 – crimes ambientais.

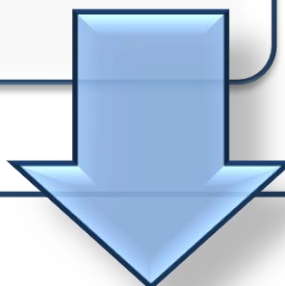
LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Guilherme de Queiroz Vieira

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativos ao mês de janeiro/2014, Planilha Apolo Excel - Intimados e Sistema Apolos – módulo Secretaria – Cadastro de Processo.

## AUDIÊNCIAS

(De agosto/2013 a janeiro/2014)

- **TOTAL - 116 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS**, sendo a primeira de 06/08/2013 e a última de 29/01/2014



### **NÚMERO DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS MENSALMENTE**

- **AGOSTO - 28**
- **SETEMBRO - 11**
- **OUTUBRO - 32**
- **NOVEMBRO - 09**
- **DEZEMBRO - 23**
- **JANEIRO - 13**

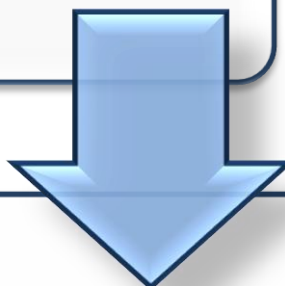
LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Viviane M. Nielsen

Fonte: Mapa - Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.

## AUDIÊNCIAS

(De agosto/2013 a janeiro/2014)

- **TOTAL - 116 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS**, sendo a primeira de 06/08/2013 e a última de 29/01/2014



### **NÚMERO DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS MENSALMENTE**

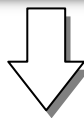
- **AGOSTO - 28**
- **SETEMBRO - 11**
- **OUTUBRO - 32**
- **NOVEMBRO - 09**
- **DEZEMBRO - 23**
- **JANEIRO - 13**

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Viviane M. Nielsen

Fonte: Mapa - Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.

## PROCESAMENTO DE FEITOS (FÍSICOS/VIRTUAIS)

### INICIAIS/RECEBIMENTO DA DENÚNCIA



#### - Processos cíveis:

Foi constatado através de entrevista com os servidores responsáveis que a análise das iniciais cíveis é feita por servidores do JEF e do contencioso cível, diariamente através do balcão de entrada, haja vista serem as iniciais atualmente protocoladas eletronicamente. Saliente-se que as iniciais são movimentadas do balcão de entrada para um local virtual próprio destinado às mesmas, denominado “INICIAIS”. As iniciais contendo pedido liminar ou de antecipação de tutela são enviadas ao gabinete para análise imediata. O questionário de autoinspeção ainda informa, no item 3.9., ser o tempo médio entre a distribuição e o primeiro despacho de 8,42 dias.

#### - Processos criminais:

Com base no depoimento prestado pela supervisora do setor criminal, não há nenhuma denúncia pendente de julgamento no juízo correicionado.

Fonte: Questionário de Autoinspeção. Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário) e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

## BALCÃO DE ENTRADA

83 documentos em 10/02/14, às 18:16 minutos.

Sendo o mais antigo de 25/09/13, de nº 0000186-39.2000.4.02.5106.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

## SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO



Os servidores responsáveis pela análise das iniciais são os mesmos que efetuam a verificação da prevenção, diariamente conforme a ordem de entrada no balcão de entrada.

Acrescente-se que em entrevista o Diretor afirmou ter Juíza Titular entendimento no sentido de que não se pode transferir exclusivamente para o Judiciário a obrigação, também das partes, da demonstração da inexistência de óbices ao prosseguimento do processo (litispêndência ou coisa julgada). Assim, visando auxiliar as partes e seus advogados foi elaborado um Breve Manual de Auxílio aos Advogados, cujo item 2.2. dispõe a cerca de um passo-a-passo para realização de uma simples consulta por meio do sistema informatizado da Justiça Federal, a fim de verificar se há outras ações idênticas.

Não obstante, a secretaria do Juízo, na ocasião do processamento do feito elabora uma certidão a partir das informações prestadas pela parte informando se há ou não identidade de partes, pedido ou causa de pedir.



Fonte: Questionário de Autoinspeção.

**TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS  
COM PRAZO VENCIDO - 55**



**P/DESPACHO: 53**  
há mais de 30 dias

- Matéria Cível - 53
- Matéria Penal - 00
- Execução Fiscal - 00

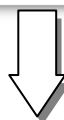
**P/DECISÃO: 2**  
há mais de 60 dias

- Matéria Cível - 02
- Matéria Penal - 00
- Execução Fiscal - 00

**P/SENTENÇA: 00**  
há mais de 180 dias

- Matéria Cível - 00
- Matéria Penal - 00
- Execução Fiscal - 00

**PROCESSOS CONCLUSOS P/SENTENÇA HÁ MAIS DE 180  
DIAS: 00**



De acordo com o mapa estatístico extraído do Apolo, em 30/01/2014, inexistem processos conclusos fora do prazo de 180 dias para sentença.

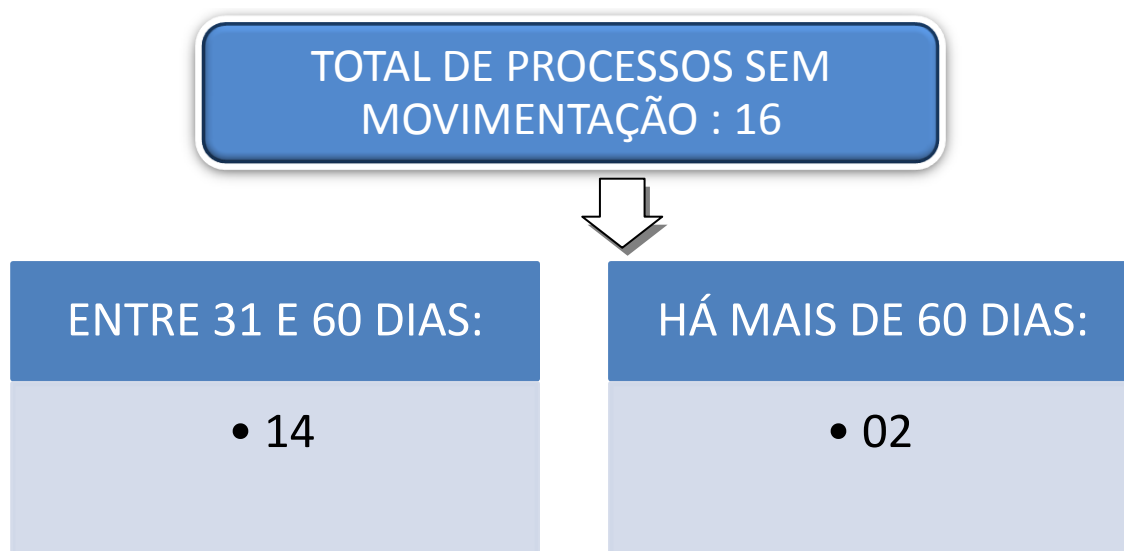
Em entrevista na ocasião da correição presencial foi relatada a existência de 315 processos no gabinete para serem analisados pela Juíza Titular, ante a ausência de Juiz Substituto, todos dentro do prazo.

Informe-se que, de acordo com relatado no questionário de auto-inspeção foi destacado que a dificuldade maior da vara é com prazo de 30 dias para despacho, principalmente nas ações do JEF. De fato, o mapa de conclusos corrobora tal constatação, uma vez que a maioria os processos fora do prazo

são aqueles aguardando despacho (53 dos 56). Em sendo assim, foram consultados os seguintes processos abaixo, todos com despacho/decisão recente, a saber:

00005408320084025106, 00005430920134025156, 00009008620134025156,  
00014187620064025106, 00001721620114025156, 00003190820124025156,  
00004395120124025156, 00005910220124025156, 00005985720134025156,  
00006721420134025156, 00007583820134025106, 00007856520134025156,  
00008107820134025156, 00008843520134025156.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.



O mapa de processos parados extraído do Apolo em 30/01/14, relativo às demais classes, exceto execução fiscal, apresenta um total de 16 processos sem movimentação, sendo destes apenas dois parados há mais de 60 dias.

Do total, apenas três são de final ímpar e os treze restantes, de final par.

A classe 1004 (Ordinária/Imóveis) apresenta o maior número de feitos parados (quatro processos), sendo o mais antigo, parado há 80 dias, o de número 00009365520114025106, com último despacho de 27/09/13. Segundo informações prestadas pelo Diretor: “Consta em 27.09 a entrada de petição

(que ainda – 20138871018992-9, não está disponível para juntada na Secretaria até esta data). Como a petição não foi cadastrada em Petrópolis não há autorização para baixá-la ou dar outro andamento.”, e para solução do problema foram empreendidas diversas tentativas de contatar informalmente o local do cadastramento.

O segundo feito parado há mais tempo (78 dias), é da classe 6001 (Ação Civil Pública), único desta classe presente no mapa, de número 07062742319984025106, com despacho de 30/10/13 que determinou o acautelamento dos documentos cuja digitalização se mostrou inviável, certificando-se o ocorrido nos novos autos a serem distribuídos. Apresenta última movimentação em 03/02/14 para vista do MPF.


Há dois processos parados há 55 dias da classe 1002 (Ordinária/Previdenciária) de números 00010954220114025156 e 01072618320134025106, com movimentação recente, isto é, com conclusão aberta em 30/01/14 e 31/01/14 respectivamente.

Parado há 58 dias, o processo de nº 00000860620084025106 da classe 1004 (Ordinária/Imóveis), segundo informação do Diretor trata-se de ação demolitória apensada a outras quatro ações em razão de conexão. Há dificuldade de movimentação dentro dos prazos normais em razão de movimentação diferenciada nos apensos. No entanto, os autos foram remetidos em 30/01/2014 ao MPF em razão de decisão em autos apensados.

Há ainda três processos parados da classe 12001 (Embargos à execução), sendo o mais antigo o de nº 00022309420014025106, parado há 58 dias, com despacho remetido para publicação em 10/02/14.

Insta salientar que todos os demais processos sem movimentação foram consultados, físicos e eletrônicos, tendo sido constatado que houve regular andamento nos referidos feitos constantes do mapa.

PROCESSOS PARADOS ENTRE 121 E  
180 DIAS E HÁ MAIS DE 180 DIAS -  
EXECUÇÃO FISCAL: 25



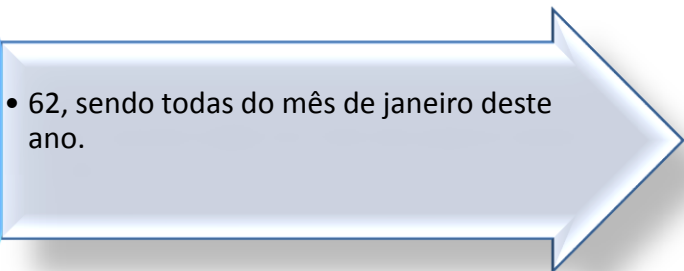
Do total de vinte e cinco executivos fiscais, dezesseis são de final ímpar e nove de final par. Saliente-se que todos os processos encontram-se parados há 366 dias, todavia, tal fato indica que expirou o prazo de suspensão por PARCELAMENTO de um ano, tão somente.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Viviane M. Nielsen

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA  
(Físicos e virtuais)

AGUARDANDO JUNTADA,  
EM 30/01/2014

- 
- 62, sendo todas do mês de janeiro deste ano.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições.

## VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS

Foram verificados processos físicos que se encontravam nos seguintes escaninhos:

AG. Retorno Mandado:

- 0000825-76.2008.4.02.5106 - 29/01/2014;
- 0702652-33.1998.4.02.5106 - 13/01/2014;
- 1977.51.06.212500-8 - 29/01/2014;
- 0553367-29.1999.4.02.5106 - 03/02/2014;
- 0000581-84.2007.4.02.5106 - 22/01/2014.

AG. Ret/Resp Ofício:

- 0001589-67.2005.4.02.5106 - 15/01/2014;
- 2009.51.06.000807-7 - 15/01/2014;
- 0001240-98.2005.4.02.5106 - 22/01/2014.

Locais Virtuais consultados em 10/02/2014, às 13:38 h:

JEF - PRIORIDADES: 16 documentos, sendo o mais antigo de 13/01/2014, ref. processo nº 0000616-78.2013.4.02.5156;

EF - AGUARDANDO LEILÃO: 18 documentos, sendo o mais antigo de 06/02/2014, ref. processo nº 0000658-20.2012.4.02.5106.

## CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)

Foram verificados processo físicos que se encontravam nos seguintes escaninhos:

Expedição de Ofício:

- 2003.51.06.002043-9 - 27/01/2014;
- 0000151-79.2000.4.02.5106 - 27/01/2014.

Expedição de Mandado:

- 2009.51.06.000119-8 - 31/01/2014

Expedição de RPV/Precatório:

- 1999.02.01.058734-5 - 16/01/2014;
- 0703001-36.1998.4.02.5106 - 21/01/2014.

Locais Virtuais consultados em 10/02/2014, às 13:38 h:

3-RPVS e Precatórios para expedir: 5 documentos, sendo o mais antigo de 06/02/2014, ref. processo nº 0001124-63.2009.4.02.5156;

EF - EXPEDIR MANDADO DE PENHORA: 4 documentos, sendo o mais antigo de 27/01/2014, ref. processo nº 0000381-67.2013.4.02.5106.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Terezinha de J. P. de Faria

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. –  
Locais Virtuais (Autorização de Usuário)

TOTAL DE PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA EM 30/01/2014:

41

12 - segredo absoluto

18 - segredo do sistema

11 - segredo de peças

- Processos cíveis:

- Por amostragem, foram vistos os seguintes processos: 200751060002857, 200251060015981, 00004488120034025106, 200851060009399, 200851060008267, 200951060002506, 200951060010308, 200751060015619, 200251060022055, 200351060012261, 9905535284, 20051060027690, 200751060000707, 00832850919974025106, 00004488120034025106, 00009619520074025110, 00008266120084025106, 00002503420094025106, 00008421020114025106, 00000679220114025106 e 00015613120074025106, todos com regular processamento.

- Processos criminais:

- De acordo com o mapa estatístico extraído no dia 30/01/2014, constam 19 processos criminais com determinação de segredo de justiça. Tendo em vista os problemas decorrentes do não funcionamento do sistema Apolo nos dias em que foi verificado o item em tela, uma vez que não há como se saber quais processos estavam no juízo correicionado e as suas respectivas localizações, somente puderam ser analisados os processos de número 2013.51.06.002174-7, 2010.51.06.000829-8, 0000827-07.2012.4.02.5106 e 2011.51.06.000841-2, que foram localizados mesmo sem a ajuda do sistema. Vale consignar que todos os referidos processos criminais não apresentam quaisquer irregularidades quanto à questão referente ao segredo de justiça.

Todos os processos físicos, cíveis e criminais, são identificados com etiqueta na capa e identificação no sistema Apolo. Todos os processos físicos cíveis são acondicionados em local específico na sala do diretor (armário com chave). Os processos eletrônicos recebem o identificador correspondente.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Fabio Umberto Bloise e Guilherme de Queiroz Vieira

Mapa: Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

## PUBLICAÇÕES

PUBLICAÇÕES (Mapa de  
30/01/2014)

- TOTAL de processos publicados: 3.443
- TOTAL de boletins: 109

MÉDIA  
PROCESSOS/BOLETINS:

- 31,59 PROCESSOS

TEMPO MÉDIO DE  
DIAS/PUBLICAÇÃO:

- 5,17 DIAS



BOLETINS PENDENTES DE ENVIO:

• ZERO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações.

PROCESSOS COM REMESSA INTERNA/PRAZO (em 30/01/14)

Contadoria  
78

Distribuição  
51

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Viviane M. Nielsen

Fonte: Mapa - Relatório de Processos Recebidos/Remetidos - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo (somente não devolvidos).

## SUSPENSÃO DE PROCESSOS

**NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS SUSPENSOS: 2.343**

**CIVEIS - 392**

**CRIMINAIS - 42**

**EXECUÇÃO FISCAL - 1.909**

### DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Presente em todos os processos analisados, por amostragem

### MOTIVO DA SUSPENSÃO

- Repercussão geral- 00
- Aguardando decisão de instância superior - 217
- Art. 366, CPP - 04
- Art. 89, Lei 9.099/95 - 29
- Cumprimento Precatório/RPV - 23
- Embargos à execução - 72
- Art. 40, caput, Lei 6.830/80 - 4
- Outros - Fase conhecimento - 14
- Outros - Fase/processo execução - 46

Os dados acima foram extraídos do Mapa Suspensos-Apolo de 30/01/2014

Os processos suspensos possuem uma sala separada para armazenamento, com armários fechados e identificados pelo motivo da suspensão e data para a movimentação.

Por amostragem, foram vistos os seguintes processos: 00014196620104025156, 00013787020084025156, 05540489619994025106, 00011003520024025106, 00009351220074025106, 00013652720084025106, 00011059120014025106, 00022506120034025156, 07024168119984025106, 00872300419974025106, 07012008519984025106, 00850484519974025106, 00820942619974025106, 00009870820074025106, 00845253319974025106, 00010711420044025106, 07060213519984025106, 00012328220084025106, 05527619819994025106, 00025227420044025106, 00009074420074025106, todos físicos e com regular processamento.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Fabio Umberto Bloise

**Suspensão condicional do processo, Lei nº 9.099/95:**

No Relatório de Processos extraído do sistema Apolo, emitido em 30/01/2014, constam 30 processos suspensos, em razão da Lei 9.099/95. Durante a correição, realizada nos dias 03/02 até 06/02, 29 processos inclusos no referido Relatório foram objeto de análise, eis que, o de número 00003453020104025106, já se encontrava com sentença proferida. Os processos (as Cartas e as Ações Penais Originárias) encontram-se bem organizados e distribuídos em diversos escaninhos, devidamente nominados.

Importante ressaltar que a sugestão quanto a colocação de etiquetas, na capa dos autos, com detalhamento das informações acerca das condições de suspensão estabelecidas, foi aceita e, imediatamente elas foram providenciadas, preenchidas e coladas às capas.

**Foram analisadas:**

- I) As ações penais originárias da 2ª Vara**
- II) As Cartas de Fiscalização do Cumprimento das condições de suspensão do Processo (juízo deprecante)**
- III) As Cartas Precatórias (juízo deprecado): 4 processos**

**I) Com relação às ações penais originárias, destacam-se os seguintes processos:**

**a) em perfeita ordem:** 0001102-34.2011.4.02.5156; 0000182-21.2008.4.02.5106; 0000897-29.2009.4.02.5106; 0000867-23.2011.4.02.5106; 0000026-38.2012.4.02.5156; 0001470-96.2011.4.02.5106; 0000028-08.2012.4.02.5156; 00000027-23.2012.4.02.5156.

**b) com pendências a serem sanadas:**

. 0000787-25.2012.4.02.5106: ausentes: a) a comprovação da prestação de serviços comunitários nos meses de novembro e dezembro/2013 e b) a comprovação da realização da obra acordada em audiência, no prazo de 60 dias, após a intimação do réu em 12/07/13;

. 0000406-17.2012.4.02.5106: ausente a comprovação da prestação de serviço comunitário no mês de dezembro/2013;

. 000960-20.2010.4.025106: ausentes: a) a comprovação dos comparecimentos após 04/2013; b) a comprovação do cumprimento das horas pendentes de serviço comunitário, após a intimação do réu em 09/07/2013;

. 00000641-81.2012.4.02.5106: ausentes as comprovações referentes à prestação de serviços comunitários nos meses de fevereiro a maio e no mês de outubro/2013;

. 0001089-25.201.4.02.5106: ausentes: a) comprovação da prestação de serviço comunitário, com início em 05/2012, após 02/2013; b) comprovação do comparecimento obrigatório após 16/01/2013;

. 000960-20.2012.4.02.5106: ausentes: a) comprovação quanto ao cumprimento das 81 horas e 39 minutos de serviço comunitário; b) comprovação do comparecimento obrigatório a partir de 15/04/2013; deve ser ressaltado que o réu foi intimado por telefone em 16/01/2014;

**II) Com relação às Cartas de Fiscalização do Cumprimento das Condições de Suspensão do Processo (juízo deprecante), destacam-se os seguintes processos:**

**a) com informações do juízo deprecado:**

. 0000893-21.2011.4.02.5106: comunicação, nos autos, a respeito do integral cumprimento das condições de suspensão do processo estabelecidas.

**b) sem informações do juízo deprecado:**

.2009.51.06.00.1240-8; 0000901-95.2011.4.02.5106; 0000354-55.2011.4.02.5106; 2010.51.06.001114-5; 0000188-28.2008.4.02.5106; 2010.51.06.001115-7; 2011.51.06.000123-5; 2009.51.06.001580-0; 000017587.2012.4.02.5106; 000703-34.2011.4.02.5114.

Inexistem, nos processos anteriormente identificados, solicitações do juízo deprecante ou informações do juízo deprecado quanto ao cumprimento das condições de suspensão do processo, encontrando-se os feitos, em sua maioria, sem movimentação desde o ano de 2012.

**Sugestão:** expedição de ofício ao juízo deprecado solicitando que sejam prestadas informações detalhadas sobre o cumprimento das condições de suspensão do processo estabelecidas.

**III) Com relação às Cartas Precatórias de Fiscalização (juízo deprecado), destaquem-se os seguintes processos:**

**a) em perfeita ordem:**

. 0002122-45.2013.4.02.5106: audiência realizada em 03/09/2013, fixando o comparecimento bimestral do réu, devidamente comprovado nos autos.

. 2010.51.01.06.001458-4: audiência realizada em 14/06/2011, fixando o comparecimento bimestral, durante 3 anos, prestação de serviço comunitário e ressarcimento por danos ambientais. Comprovado o comparecimento bimestral e o reinício, em 01/2014 da prestação de serviço comunitário, com expedição de ofício ao INEA, em 10/12/2013, ainda sem resposta, cobrando a aprovação do plano para indenização por danos ambientais.

**b) com pendências a serem sanadas:**

. 0000902-46.2012.4.02.5106 (2012.51.06.000902-0): distribuída em 31/08/2012, com despacho proferido em 04/09/2012, fixando o início da primeira apresentação bimestral da acusada em juízo, bem como a comprovação do pagamento da prestação pecuniária. Embora haja prova do comparecimento bimestral em dia, o último comprovante de pagamento nos autos data de 09/07/2013.

. 0000199-52.2011.4.02.5106: audiência realizada em 25/10/2011, fixando comparecimento bimestral e serviço comunitário, durante o prazo de um ano.

Comprovação do comparecimento, a partir de 12/2011, sendo o último comprovante datado de 17/10/2013. Ausente a comprovação do cumprimento das 132 horas e 15 minutos faltantes, referentes à prestação de serviço comunitário, após intimação do réu em 06/11/2013.

Em sequência, de acordo com o mapa de suspensos extraído do Apolo em 30/01/2014, há 434 feitos suspensos relativos a outras classes, exceto execução fiscal.

Foram consultados, por amostragem, 4 processos, dos 14 suspensos pelo motivo **“OUTROS FASE DE CONHECIMENTO”**, apresentando a seguinte situação:

- 00010682520054025106: Foi informado que os autos avulsos abertos apenas para encartar guias de depósito judicial concernentes ao processo n. 0000951-68.2004.4.02.5106, conforme despacho ali publicado em 27.07.2005. O último despacho proferido no processo principal foi no sentido de dar vista às partes, em 30.10.2013.

- 00009070520114025106: Aberta conclusão para decisão em 03.02.2014 e reativação da suspensão.

- 00821133219974025106: Despacho proferido no sentido de suspender o curso do feito para habilitação de eventuais interessados por 60 (sessenta) dias, publicado em 05/02/14.

- 00004333920084025106: Processo suspenso até a realização de prova pericial determinada em processo conexo, isto é, nos autos n. 2008.5106000067-0. Há registro no sistema de movimentação para conclusão em 05/02/14.

Foram consultados 6 processos, dos 46 suspensos pelo motivo **“OUTROS-FASE/PROCESSO EXECUÇÃO”**, todos com movimentação recente.

Foram consultados os 4 feitos suspensos pelo motivo **“PARCELAMENTO”**, todos suspensos dentro do prazo, a saber:

- 00334484320104025101: Deferida a suspensão por 19 meses em decisão de 01/10/2012.

- 00003774520044025106: Determinada a suspensão até 15/03/2014.

- 00328733520104025101: Determinada a suspensão por 29 meses em 17/04/2013.

- 00021492820134025106: Foi desmembrado da ação Penal 201151060012233 – Parcelamento informado em audiência.

Foram consultados os 4 feitos suspensos pelo motivo “**ART. 40, caput, LEF**”, todos com despacho determinando a retificação dos motivos de suspensão no Apolo em 31/01/2014, com minuta pronta aguardando assinatura da Juíza.

Foram consultados os 2 feitos suspensos pelo motivo “**ART. 40, § 2º, LEF**”, com a seguinte situação:

- 05540852619994025106: cautelar- foi proferida decisão em 30/01/2014, determinando vista à Fazenda Nacional e no retorno os autos irão conclusos para avaliação do motivo, de acordo com informações prestadas pelo Diretor;

- 00002852820084025106: despacho de 31/01/2014 determinando retificação dos motivos da suspensão no Apolo com minuta pronta aguardando assinatura da Juíza.

Há, ainda, 1.909 execuções fiscais suspensas, por diversos motivos, e segundo entrevista realizada por ocasião da correição presencial, o primeiro mais recorrente o “**PARCELAMENTO**”, após, em sequência, o “**Art. 20 da Lei 10522**”, “**Art. 40 caput LEF**” e o motivo “**Art. 40§ 2º LEF**”.

Foi observada a existência de uma sala destinada a armazenar os processos de execução fiscal, os quais são embalados segundo data do vencimento do prazo de suspensão, tais como os a vencer em 2015, 2016 e 2018.

Por fim, note-se que há um local virtual destinado às execuções fiscais eletrônicas denominado “**EF suspensão**”.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Astrid Person de M. Villas Bôas e Viviane M. Nielsen

#### **Suspensão pelo artigo 366 do CPP:**

Com fulcro no mapa estatístico extraído no dia 30/01/2014, constam no juízo correicionado quatro ações penais (classe 21000) suspensas em decorrência do

artigo 366 do CPP. Nesse diapasão, foi verificado que, em todos esses 04 processos (de número 0551951-26.1999.4.02.5106 (ou o antigo 99.0551951-3), 0000415-47.2010.4.02.5106 (ou 2010.51.06.000415-3), 0000859-12.2012.4.02.5106 (ou 2012.51.06.000859-3) e 0000023-83.2005.4.02.5106 (ou 2005.51.06.000023-1)), há determinação judicial de suspensão nos termos do art. 366 do CPP, bem como controle de prescrição penal, inclusive com certidão e etiqueta nos autos específica com a informação dos novos prazos prescricionais decorrentes da aludida suspensão.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Guilherme de Queiroz Vieira

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

SENTENÇAS



Conforme mapa do sistema Apolo, no período de 01/08/2013 a 30/01/2014, foram proferidas 883 sentenças.

## REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos cíveis: 00007280820104025106, 00003245420104025106, 00003453020104025106, 00000257720104025106, 00000920820114025106, 200751560014240, 200751560032321, 200751560020057, 200351100067164, 200751560029541, 200451060012666, 200851060003610, 00002275920074025106, 9905535802, 200251060006797, 200851060003853, 200851060000530 e 200451060026227, todos físicos. E Procs. nºs 00010468320134025106, 00007469220114025106, 00003712320134025106, 201051060004300, 00015661420114025106, 00011525020104025106, 201051060014845 e 00000800420124025156, todos eletrônicos. Nenhum apresentando irregularidades quanto aos registros das sentenças.

### **-Processos criminais:**

Foram analisados os dois únicos processos criminais em trâmite no juízo com sentença já proferida (que não o do item com sentença condenatória com trânsito) e constatou-se que não há qualquer irregularidade, inclusive, no que se refere ao registro das sentenças. São eles:

1) 2010.5106.000345-8: distribuição em 05/04/2010, com denúncia oferecida em 20/03/2010 e recebida em 16/08/2011 pelo crime previsto no artigo 29, § 1º, III c/c §4º, I e §5º da Lei 9.605/98. Sentença tipo E1 (fls. 248/249) que declarou a extinção da punibilidade em razão do cumprimento das condições impostas pela suspensão processo foi prolatada em 30/01/2014 (publicação em 06/02/2014, à fl. 251). Há controle de prescrição penal.

2) 2010.5106.000324-0: distribuição em 05/03/2010, com denúncia oferecida em 09/09/2011 e recebida em 04/10/2011 pelo crime previsto no artigo 29, § 1º, III c/c §4º, I com incidência do artigo 15, II, “e” da Lei 9.605/98. Sentença tipo D1 (fls. 293/300) que declarou a extinção da punibilidade em razão do cumprimento das condições impostas pela suspensão processo foi prolatada em 30/01/2014 (publicação em 06/02/2014, à fl. 251). Há controle de prescrição penal.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

#### CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (Preferências legais)

Foi relatado no questionário de auto-inspeção e constado presencialmente que é considerada a ordem de entrada na conclusão e a complexidade das ações, especialmente as ACPs, Ações de Improbidade, criminais, previdenciárias (LOAS e incapacidade), assim como os feitos com prioridade.

#### LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE

Todos os processos conclusos para sentença ficam dispostos em um armário divididos por par e ímpar, por tipo de ação, tais como ACPs, Improbidade, criminais, etc, e por réu, exemplificadamente INSS. Há atualmente uma predominância de feitos relativos ao FGTS a serem analisados. Quatro servidores são destacados para o apoio e organização das sentenças.

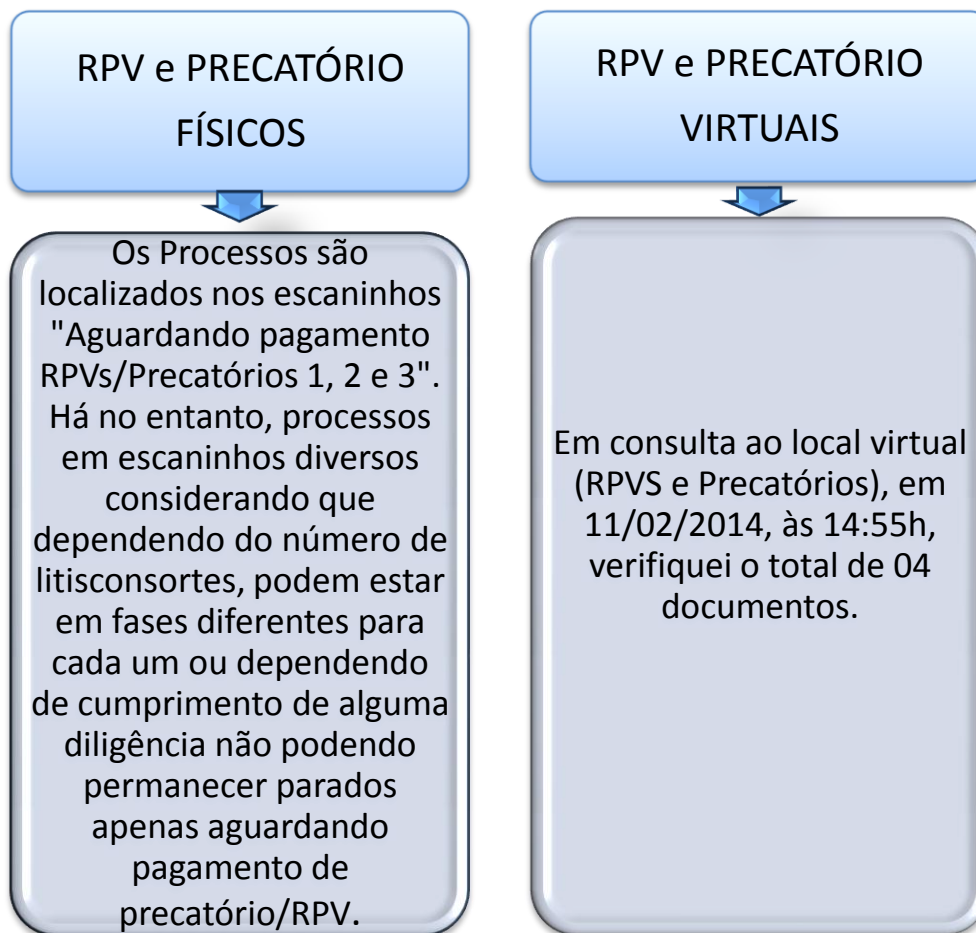
LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Fabio Umberto Bloise, Guilherme de Queiroz Vieira e Viviane M. Nielsen

Fonte: Questionário de Autoinspeção.

EXECUÇÃO (Agosto de 2013 a Janeiro  
de 2014)

FASE 18

264 PROCESSOS EM  
JANEIRO/2014



Por amostragem, foram vistos os seguintes processos, todos com regular andamento processual.

São eles: Procs. nºs 00010224620064025156, 00001562820124025156, 00004931720124025156, 00010532720104025156, 00004837020124025156, 00002931020124025156 e 00008290220044025156, todos físicos. E Procs. nºs 00011450520104025156, 07025362719984025106, 07036336219984025106, 07054315819984025106, 00008717020124025156, 00004395120124025156, 01053285620124025156 e 00001562820124025156, todos eletrônicos.

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região - Execução de Sentença. Questionário de Autoinspeção e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

RPVs	PRECATÓRIOS (parcela única)	PRECATÓRIOS PARCELADOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 376 cadastrados</li> <li>• 311 enviados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 25 cadastrados</li> <li>• 7 enviados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ZERO</li> </ul>

TOTAL DE REQUISIÇÕES: 501  
TOTAL ENVIADAS: 318

Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: **613 dias**

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Fabio Umberto Bloise e Viviane M. Nielsen

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV.

## GRANDES DÉBITOS (Artigos 272 e 273 da CNCR)

O Juízo estabeleceu como regra para definição de Grandes Débitos, o mesmo utilizado pela Fazenda Nacional, ou seja, valores acima de R\$ 500.000,00.

Segundo informação do Sistema Apolo há em curso 181 Execuções Fiscais de grandes devedores na 2ª Vara em tramitação e, 82 processos suspensos.

O tratamento dessas ações é prioritário, recebendo os autos físicos uma etiqueta de identificação na Capa.

No ano passado (2013), foi iniciada a digitalização do acervo das Execuções Fiscais e estabeleceu-se como critério inicial a prioridade para ações de Grandes Débitos. Ante as limitações do setor responsável pela digitalização, o envio de autos físicos vem sendo feito de forma gradual.

Para os processos que já tramitam eletronicamente há um “identificador” específico para “Grandes Devedores”. Para autos físicos há uma etiqueta. (dados obtidos do Relatório de Autoinspeção-2014 – fl. 11)

Em Correição presencial, além de confirmar os dados informados acima, em entrevista com o Sr. Diretor de Secretária, foram vistos os processos físicos existentes na vara, apresentando todos regular processamento.

São eles: Procs. nºs 00025259720024025106, 00846968719974025106, 200451060013269, 200751060018049, 200551060013330, 00004160820054025106, 00003656520034025106, 200251060018910, 200351060003168 e 200451060027402.

Foram vistos, também, os seguintes processos eletrônicos.

São eles: 00000222020134025106, 00000248720134025106, 00000314520144025106, 00000349720144025106, 00000383720144025106, 00000571420124025106, 00000575320084025106, 00000646920134025106, 000006520124025106 e 00000663920134025106, todos com regular processamento.

Fonte: Questionário de Autoinspeção e SJRJ Intranet – Apolo - NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Processos – Grandes Devedores da Fazenda.

**PENHORA ON-LINE: Sistema Bacenjud  
(Resolução 61/08-CNJ e 21/08-TRF2)**

Foram realizados de janeiro a dezembro de 2013, 232 inserções no sistema Bacenjud para Penhora on-line conforme demonstra a figura 5 (relatório emitido pelo site do Banco Central).

Cabe ressaltar que o sistema emite relatório apenas até dezembro de 2013, tendo sido encaminhadas em janeiro de 2014, 89 solicitações de bloqueio, totalizando 321 inserções no período. (dados obtidos do Relatório de Autoinspeção-2014 – fl. 11).

Entre físicos e eletrônicos, foram vistos, por amostragem, os seguintes processos: Procs. nºs 00004449220134025106, 00002327120134025106, 00011310620124025106, 00003938120134025106, 00003617620134025106, 00014241020114025106, 00008522020124025106, 00003132020134025106, 00015627420114025106, 00015523020114025106, 00015323920114025106, 00007055720134025106, 00005343720124025106, 00005326720124025106, 00004368620114025106, 00003089520134025106, 00001966320124025106, 00001521020134025106, 00015676720094025106, 00015038620114025106, 00013271020114025106, 00013006120104025106, 00012298820124025106, 00011700320124025106, 00010895420124025106, 00010748520124025106, 00010401820094025106 e 00009247520104025106, todos eletrônicos, e Proc. nº 200751560031997, físico. Todos com regular processamento, estando em diversos escaninhos ou locais virtuais de acordo com o andamento normal de cada um.

## **LEILÕES**

### **(Artigos 270 a 290 da CNCR)**

Via de regra, os Leilões ocorrem quando há um numero razoável de bens penhorados em execuções que já estão na fase processual própria para tanto.

Cabe salientar que com a utilização da penhora on-line houve uma sensível redução no número de leilões. (dados obtidos do Relatório de Autoinspeção-2014 – fl. 12).

Em Correição presencial, o Diretor de Secretaria ratificou as informações prestadas pelo Juízo.

Foram vistos todos os processos físicos existentes na Vara. São eles: Procs. nºs 200551060006191, 200551060008400, 200551060008370, 200551060008394, 07068501619984025106 e 00016078820054025106, todos com regular processamento.

## **CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS** **(Artigos 356 a 358 da CNCR)**

Os bens penhorados são cadastrados conforme determinam as normas da corregedoria nos artigos supracitados da Consolidação de normas.

No entanto, diante do reduzido número de servidores no Setor de E. Fiscais (atualmente apenas uma servidora, conforme informado nos itens anteriores), esse trabalho pode ser postergado diante de outras tarefas mais urgentes.

Cumprе salientar, que todos os processos encaminhados para realização de leilão passam por uma conferência específica sobre esse tema a fim de evitar que algum bem não cadastrado seja levado à praça.

A fim de verificar a regularidade do cadastramento foi impresso um relatório extraído do Sistema Apolo com a relação dos bens cadastrados com cerca de 30 páginas e que estará à disposição da equipe da correição. (dados obtidos do Relatório de Autoinspeção-2014 – fl. 12).

Em correição presencial, em entrevista com o Sr. Diretor de Secretária, as informações acima foram ratificadas.

**LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -**  
**Fabio Umberto Bloise**



Fonte: Questionário de Autoinspeção e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados.

## LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS (ART. 147/151 CNCG)

Tendo em mãos o PROVIMENTO 011, de 04 de abril de 2011, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, o de nº 128, de 13/04/98 e a Resolução nº 418/05 do CJF, verificou-se que a vara dispõe de todos os livros obrigatórios, além de outros que foram adotados para facilitar o controle dos serviços. (dados obtidos do Relatório de inspeção anual – 2014).

Em relação aos mesmos Livros e Pastas, estavam todos regulares, com os termos de abertura e encerramento devidamente preenchidos e assinados.

O Juízo possui entre Livros e Pastas obrigatórios ou não, 39 volumes, todos vistos em correição.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Fabio Umberto Bloise

Fonte: Relatório de Inspeção Anual.

## ESPAÇO FÍSICO

O Juízo tem ótima localização, muito próximo do centro da cidade, e o imóvel é bem amplo e bem cuidado, com vários ambientes, criando um espaço agradável para o trabalho. Quanto aos equipamentos, são novos e em número adequado para uma boa prestação jurisdicional. Entretanto, são estas as informações prestadas pelo juízo em sua Inspeção-2013: “Constatou-se que as instalações não são adequadas. Há grandes

dificuldades no que se refere a mobilidade. Pessoas portadoras de necessidades especiais são obrigadas a enfrentar um lance de escadas a fim de ter acesso à secretaria e gabinete dos juízes. A secretaria precisa ser distribuída em vários cômodos (a sede do juízo é instalada em um imóvel residencial), o que dificulta a organização controle e fiscalização das atividades.”

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Fabio Umberto Bloise

## METAS FIXADAS PELO JUÍZO A SEREM ATINGIDAS A PARTIR DA AUTOINSPEÇÃO

No questionário de autoinspeção, foi respondido no item 3.15. A respeito de metas periódicas de produtividade:

- 1 - Redução gradual e constante do acervo;
- 2 - Atender os prazos estabelecidos pela corregedoria para conclusão, juntada e processos parados;
- 3 - Redução dos prazos para:
  - Expedição de alvarás: 10 dias
  - Expedição de rpv's: 10 dias
  - Expedição de precatórios: 10 dias
  - Expedição de ofícios: 10 dias
  - Expedição de mandados: 10 dias
- 4 - Redução do acervo do JEF para menos de 1.000 processos: **prazo até 31/03/2014.**
- 5- Extinção de todos os **processos físicos** do juizado: **prazo até 31/03/2014.**
- 6- Digitalização dos processos de Execução Fiscal.
- 7- Conferência e cobrança constante dos processos fora da secretaria além do prazo (recomendação nº 12 do CNJ).

Destaque-se a boa acolhida por parte da Exma. Juíza, do Diretor de Secretaria e dos demais servidores lotados no juízo, atendendo com gentileza, profissionalismo, educação e presteza a todas as solicitações, criando um ambiente tranquilo e agradável para a realização dos trabalhos correicionais.

LEVANTAMENTO  
DE DADOS E  
RELATÓRIO  
ELABORADO POR

Astrid Person de  
Mattos Villas-Bôas  
Mat. 11.820

Fabio Umberto Bloise  
Mat. 10.518

Guilherme de Queiroz  
Vieira  
Mat. 15.447

Terezinha de J. P. de Faria  
Mat. 11.532

Viviane Mattos Nielsen  
Mat. 15.773